

FÓRUM EM DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS

Relato da Reunião do Colegiado do Fórum De 21/01/2005, Sexta Câmara – MPU.

Presentes:

Macedo (CTI), Sebastião (Cimi), Marcos Paulo (6ª Câmara/MPU), José Adalberto e Helcio (Coiab), Jô (ABA e Ccpy), Áurea Lúcia (Frente parlamentar), Fernando (ISA)

Pauta:

1- Informes Gerais:

- Situação da T.I. Raposa Serra do Sol/RR.
- Sobre os encaminhamentos do Projeto de Apoio a Secretaria Executiva do Fórum
- Fórum Social Mundial.
- Outros.

2- Informes e encaminhamentos sobre as perspectivas de tramitação de Projetos de interesse indígena no Congresso Nacional.

3- Avaliação da atuação do Fórum em 2004.

4- Planejamento para 2005: próximos passos até o mês de abril.

Item 1- Informes Gerais:

1- *Sobre a situação da ocupação da Funai em Manaus por lideranças indígenas*

- José Adalberto (Representante da Coiab em Brasília) – informou sobre o agravamento da situação em Manaus. A ocupação começou em 01/01, e agora já são mais de 300 lideranças participando. Diz que o Movimento está crescendo e pode se espalhar para outras regiões. Informa que as lideranças estão se revoltando, pois até o presente momento não há interesse do Governo em abrir um diálogo qualificado com os índios. As lideranças de Manaus estão pedindo apoio do Fórum para conseguir reabrir o diálogo com o Governo. Estarão enviando documento com o posicionamento do Movimento.

Áurea Lúcia informou que o Gabinete da Senadora Fátima Cleide, por solicitação das lideranças indígenas, contactou hoje o Ministério da Justiça para saber quais providências estavam sendo tomadas pelo Governo para resolver o impasse. O Ministério disse que está trabalhando com as informações recebidas da Funai de que a mobilização está diminuindo e vai se acabar por conta própria. O Ministério também informou que a orientação da Funai é a de não aceitar as reivindicações, pois poderá criar um precedente perigoso, que poderá levar a outras ocupações.

Depois de uma longa reflexão o Colegiado do Fórum chegou as seguintes conclusões:

- De que o verdadeiro pano de fundo da Mobilização Indígena de Manaus não é apenas uma questão pontual e local contra o Administrador local da Funai, mas sim reflete uma crítica ao modelo de indigenismo que a Funai representa, em especial a atual gestão que vem reforçando e estimulando antigas

práticas clientelistas e de tutela que não mais condizem com as demandas de participação política dos povos e organizações indígenas na condução de seus próprios projetos.

- De que a demanda é a de que os cargos de chefia dos órgãos diretamente responsáveis pelas políticas indigenistas sejam de pessoas de confiança do Movimento Indígena e das comunidades indígenas. É um sinal claro de que eles querem participar da escolha dos administradores locais de forma democrática e não simplesmente ter que aceitar pessoas que não são de sua confiança.

- Que o gancho central é a questão fundiária. O Movimento está reagindo às obstruções internas crescentes dentro do atual Governo contrárias aos direitos indígenas conquistados na Constituinte de 1988 e aceitas passivamente pela Administração atual da Funai. Assim o Movimento de Manaus reflete uma oposição crescente a atuação da Funai, que é o órgão responsável por encaminhar a questão fundiária, mas que tem mostrado uma postura desinteressada ou fazendo "corpo mole" no seu papel de defender e encaminhar de forma ágil as demandas territoriais indígenas, aparentando muitas vezes estar conivente com a política anti-indigenista de alguns setores do Governo Federal, contrários aos reconhecimentos das Terras Indígenas.

Os encaminhamentos foram:

- Que o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas manifeste publicamente seu apoio a Mobilização Indígena em Manaus solicitando a Governo Federal a abertura do diálogo. O Fórum também deverá solicitar que, considerando que a atual Administração Regional não conta mais com o apoio das lideranças e comunidades indígenas da sua circunscrição, o Governo reconsidere atender o pleito das lideranças de se nomear pessoas de confiança das comunidades para a Administração da Funai pois esta uma condição *sine qua non* para o cumprimento das obrigações que a Administração regional possui. O Fórum deverá solicitar também a apuração das denúncias feitas pelas lideranças indígenas. A Secretaria Executiva do Fórum deverá elaborar carta com este posicionamento.

II- Questão Raposa Serra do Sol

Depois de apresentado um relato por Fernando (ISA) sobre os eventos do final de dezembro onde o Governo federal ensaiou o desejo de assinar a homologação, mas que na última hora o Palácio do Planalto aceitou a demanda do Gabinete de Segurança Institucional de mais tempo. Isso permitiu que setores contrários pressionassem o Supremo Federal, que através da Ministra Ellen suspendeu a validade do decreto de Demarcação. Agora a questão necessariamente vai ter que ir ao Plenário do Supremo, onde tende a haver forte contação política a influenciar a decisão. O quadro é de extrema gravidade e que, portanto, ações de apoio político a homologação serão fundamentais para se tentar reverter a situação.

III- Sobre os encaminhamentos do Projeto de Apoio a Secretaria Executiva do Fórum:

Jose Adalberto informou de que a Norad manifestou seu desejo de apoiar o Projeto de Apoio a Secretaria do Fórum E de que a Coiab estava apresentando ao Conselho Deliberativo a indicação de Pedro Garcia, liderança indígena do Alto Rio Negro, para assumir a função de assessor da Secretaria, conforme proposto no Projeto.

Os membros do Conselho manifestaram-se favoráveis à indicação considerando a experiência política de Pedro Garcia. Houve a recomendação de que a Secretaria elabore um termo de referência com a descrição das atividades do assessor, lembrando que a função possui muitas demandas técnico-burocráticas de secretaria e não apenas de articulação política. De que o Colegiado deve avaliar se a assessoria conseguirá cumprir as demandas técnico-burocráticas, caso contrário deve buscar mecanismos que permitam o pleno cumprimento das responsabilidades da Secretaria Executiva do Fórum.

IV- Sobre o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre

O Representante da Coiab informou que a Coiab está chamando uma grande reunião de articulação nacional do Movimento Indígena, em Porto Alegre, para discutir estratégias nacionais de pressão sobre o Governo Federal, Parlamento e Judiciário, com vistas à defesa dos direitos indígenas. De que a Coiab irá propor nesta reunião a criação de um Fórum Permanente de Articulação Indígena para dar conta de resistir as ameaças aos direitos indígenas presentes na atual conjuntura política nacional.

Na oportunidade foi identificado que a maioria das entidades do Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas estará em Porto Alegre, sendo oportuno aproveitar aquele espaço para buscar fortalecer alianças entre os povos indígenas e outros setores da sociedade nacional e internacional.

Decidiu-se então que o Fórum deveria realizar uma Conferência Coletiva de Imprensa, convocando todas as agências de notícias nacionais e internacionais para fazer uma denúncia do desrespeito com o qual o Governo brasileiro vem tendo com os direitos dos Povos Indígenas. Foi então marcada uma reunião do Fórum, em Porto Alegre, para o dia 27/01, próxima quinta, às 17:30 horas no espaço indígena de eventos do Fórum. O objetivo desta reunião será o de organizar a coletiva de imprensa.

Item 2 e Item 3 da Pauta foram adiados para a próxima reunião

Item 4- Planejamento para 2005: próximos passos até o mês de abril.

A Coiab propôs a realização de uma reunião ampliada do Colegiado do Fórum, com a presença de lideranças indígenas de todas as regiões do País, para a segunda quinzena de fevereiro, com o objetivo de discutir e fechar uma agenda conjunta de mobilização nacional em defesa dos direitos indígenas.

Ficou definido que o Fórum deverá planejar, participar e apoiar uma grande mobilização em defesa dos direitos indígenas, no mês de abril, em Brasília. Durante a reunião ampliada com o Movimento Indígena, em fevereiro, as atividades e responsabilidades desta mobilização deverão ser definidas.